



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.  
Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

## A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

DEBORA RODRIGUES SANTOS<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de uma investigação que se propôs a analisar o debate teórico acerca da inserção do/a assistente social nas escolas e a verificar a contribuição desse profissional na área da Educação Ambiental no ambiente escolar. O universo da pesquisa foi eminentemente teórico. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e um levantamento de trabalhos publicados nos anais do ENPESS realizados entre 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016. Os resultados são iniciais e apontam para pesquisas posteriores. Constatamos que houve um crescimento no debate sobre a questão ambiental na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Educação Ambiental; Educação Ambiental Crítica.

**Abstract:** This article presents the results of an investigation that proposed to analyze the theoretical debate about the insertion of the social worker in schools and to verify the contribution of this professional in the area of Environmental Education in the school environment. The universe of research was eminently theoretical. To do so, we carried out a bibliographic research and a survey of papers published in the annals of ENPESS conducted between 2008, 2010, 2012, 2014 and 2016. The results are initial and point to further research. We found that there was a growth in the debate on the environmental issue in the production of knowledge of the Brazilian Social Work.

**Keywords:** Social Work; Environmental education; Critical Environmental Education.

### I INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a sistematização dos resultados sobre a atuação do/a assistente social na Educação Ambiental. Tal pesquisa foi realizada em 2016 em nível *lato sensu* e seus objetivos foram: investigar qual o papel do/a assistente social para contribuir com a Educação Ambiental Crítica no ambiente escolar; discutir sobre os desafios da Educação Ambiental enquanto tema transversal nos currículos escolares do Brasil; verificar a contribuição do/a Assistente Social na área de Educação Ambiental; e avaliar

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <debyrodrigues@gmail.com>

sobre o papel do/a Assistente Social na Educação Ambiental no ambiente escolar.

Nesse sentido, nosso texto se propõe a analisar o debate teórico acerca da inserção do/a assistente social nas escolas e verificar a contribuição desse profissional na área da Educação Ambiental no ambiente escolar. Em termos metodológicos, destacamos que o universo da pesquisa foi eminentemente teórico. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica para a construção do quadro conceitual fundamentado teoricamente a partir da contribuição dos autores que tratam do nosso objeto de pesquisa. Realizamos um levantamento de trabalhos publicados nos anais do principal evento científico do Serviço Social, os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), demarcando os eventos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016. Analisamos alguns artigos que foram delimitados no eixo temático com ênfase em “Questão Ambiental”. Com isso, intentamos identificar o teor dessa produção teórica. A partir de pesquisa nos Anais, observamos o aumento significativo de pesquisas realizadas sobre a atuação do/a Assistente Social nos espaços ocupacionais ligados ao meio ambiente e à educação ambiental. Há que se destacar também o crescimento de pesquisas científicas sobre esta temática.

## **II DESENVOLVIMENTO**

Inicialmente, cabe ressaltar que o Serviço Social é completou 82 anos de existência no país e nessa trajetória a profissão passou por diversas transformações, sejam teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Houve a institucionalização do Serviço Social como profissão e a luta pela ruptura com o conservadorismo. Salientamos que a atuação do Serviço Social se dá em instituições que operacionalizam as políticas sociais, como a saúde, a previdência, a assistência social e a educação, bem como outros espaços socioocupacionais que vem surgindo com as novas demandas, a exemplo da Educação Ambiental.

No contexto atual do Serviço Social se exige um novo perfil profissional que venha a adaptar-se às mudanças do mundo, coberto de desafios e novas requisições. Do profissional exigem-se a qualificação e o aprofundamento teórico e crítico para desvendar a realidade e elaborar propostas de trabalho (IAMAMOTO, 2003).

Para lamamoto (2003, p. 185) o perfil profissional deve ser “dotado de uma competência teórico-crítica” para desvelar as demandas da realidade social. Nesse sentido, esse perfil “se complementa com uma competência técnico-política, que permita, no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais capazes de congregar forças sociais em torno de rumos ético-políticos”.

Segundo lamamoto (2003, p. 53), o Serviço Social contém três dimensões constitutivas (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política) que são “fundamentais e complementares entre si” e perpassam a formação e o exercício profissionais. Os/as Assistentes Sociais se fundamentam nessas dimensões para dar respostas qualificadas às demandas da realidade social de forma consoante com seus princípios formativos, valores éticos e saberes teóricos.

Vivenciamos um contexto contemporâneo de muitas adversidades e precisamos resistir defendendo os princípios éticos da profissão que conformam o projeto ético-político, por meio de respostas profissionais e ético-políticas.

Podemos considerar que uma das demandas atuais é o trabalho do/a assistente social na área ambiental, a exemplo de atividades de Educação Ambiental. Essa área já foi reconhecida, tanto no âmbito teórico como no âmbito da intervenção profissional, pela ABEPSS como parte do grupo temático intitulado “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”. Desse modo, nos eventos da área de Serviço Social constam trabalhos e mesas-coordenadas nesse grupo com ênfase em questão ambiental.

Antes de falar sobre a atuação do Serviço Social na Educação Ambiental, faz-se necessário o debate sobre a questão ambiental na sociedade atual e a concepção de Educação Ambiental numa perspectiva crítica.

## 2.1 A Educação Ambiental num viés crítico e transformador

A história da humanidade perpassa pela relação do homem com a natureza. Por meio da produção de mercadorias para o atendimento de suas necessidades, o homem atua interferindo diretamente na natureza, causando mudanças no meio natural. Assim, a natureza é a fonte de meios de produção e de subsistência.

Na sociedade contemporânea, a natureza tem sido palco de uma destruição regida pela lógica da produção capitalista corrosiva. Muitos problemas ambientais ganharam visibilidade e se tornaram alvo de debates e de preocupação com o aumento desses problemas que resulta numa crise socioambiental sem limites. Os estudos constataam a crise das fontes energéticas, o esgotamento dos recursos naturais, os desastres ambientais, que colocam em risco a própria existência humana. Há também um agravamento da questão ambiental expresso nos níveis de pobreza, de exclusão social, da poluição e da degradação ambiental. (SANTOS, 2014).

Entendemos que essas consequências são oriundas de um modo de produção capitalista e das formas de exploração das matérias primas da natureza, tendo o agravante da ação humana que não deve ser analisada de forma pontual, na perspectiva individual, mas sim na perspectiva da coletividade existente no regime produtivo em vigor. Obviamente que a população tem um papel decisivo para a eclosão da questão socioambiental, mas também devemos considerar os efeitos da produção industrial.

Desse modo, sabemos que no contexto atual o meio ambiente tem sido degradado de maneira devastadora, revelando diversos fenômenos como o aquecimento global, a poluição das águas e do ar, a escassez de recursos hídricos e a questão do lixo.

Segundo Silva (2013, p. 19), “a problemática ambiental vem ocupando um espaço crescente na agenda dos mais diversos segmentos da sociedade contemporânea” e remete a um aspecto ético relacionado às condições de reprodução da vida. Esse debate, portanto, atinge diversas instituições de ensino e outras instituições do Estado, bem como empresas, movimentos sociais e organizações não governamentais. Dessa forma, a escola tem um

papel fundamental para difundir a preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental é um instrumento para cumprir tal objetivo. A escola pode cumprir um papel transformador por meio de ações políticas educativas que fomentam mudanças nas práticas dos sujeitos em relação ao meio ambiente.

O entendimento dos problemas socioambientais requer a análise em diferentes dimensões, tais como: “geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas; considerando o ambiente como o conjunto das interrelações que se estabelecem entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além dos saberes científicos” (BRASIL, 2004, p. 21).

Nesse sentido, cabe ressaltar que os anos 1960 constituem um marco divisor para a análise do ambientalismo e da questão ambiental, pois até aquele momento a problemática era baseada numa direção de preservação do meio ambiente. A partir de grandes tragédias e desastres ambientais, a exemplo de Chernobyl, a questão ambiental eclode como um “problema sócio-econômico global” (GOMES, p. 1). Assim, é uma necessidade premente articular a questão ambiental às outras esferas da sociedade, como problema social, econômico, político e cultural.

Desde então, foram realizadas conferências e eventos em nível mundial – Estocolmo, Rio 92, Rio +10, Rio +20 – para debater tal temática com vistas à “institucionalização da questão ambiental como política pública em diversos países do mundo e reforçando a necessidade de se consolidar o desenvolvimento sustentável como um novo programa” (GOMES, p. 1). Tais eventos deram mais visibilidade ao tema. O crescente debate ambiental agora passa a incorporar esse novo conceito de sustentabilidade mediante o avanço do ambientalismo. Segundo Gomes, as dimensões da sustentabilidade são “econômica, social e ambiental”, incluindo atualmente, a “política, cultural e geográfica” (Idem, p. 2).

As respostas para essa questão têm se localizado tanto no nível privado quanto no âmbito do Estado. Sendo assim, Silva afirma:

Da Conferência de Estocolmo (1972) aos dias atuais as estratégias de enfrentamento à questão ambiental encontram-se tensionada por um conjunto de variáveis de ordem econômica e política. Em síntese, trata-se da defesa da auto-regulação do mercado, por um lado e da atuação do Estado na regulação do meio ambiente, através da gestão ambiental pública, por outro. (SILVA, 2013, p. 21).

Outro ponto importante a ser lembrado é a terminologia dessa questão, pois a autora assevera que estamos diante de questões “socioambientais”, indo além do ambiental de forma isolada e desarticulada da totalidade social.

A partir desse debate ambientalista, foram tomadas decisões políticas para materializar essa perspectiva socioambiental em nível mundial, que trouxe impactos para o Brasil, a exemplo do poder dos organismos internacionais na condução das políticas públicas (Banco Mundial, FMI); convenções climáticas, financiamento de projetos ambientais. Portanto, entendemos que esse movimento tinha um forte cariz econômico na sua essência.

A busca pela consolidação do Desenvolvimento Sustentável nos possibilitou a discussão conceitual, seus princípios, mecanismos institucionais e legais, bem como a necessidade da “transversalidade ambiental nas políticas de desenvolvimento e planejamento do governo” (Gomes, p. 3).

Salientamos que as décadas 1980 e 1990 também foram muito importantes para a construção do ambientalismo e do debate do desenvolvimento sustentável. Nessa direção, são criadas legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e o Programa Nacional de Educação Ambiental enquanto dispositivos legais do direito ao meio ambiente, preconizado no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988. A Lei Maior do nosso país também condiciona que o Estado deve garantir e promover “a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Dessa forma, a escola tem um papel fundamental para difundir a preocupação com o meio ambiente. A Educação Ambiental é um instrumento para cumprir tal objetivo por meio de um papel transformador e de ações políticas educativas que fomentam mudanças nas práticas dos sujeitos em relação ao meio ambiente.

No Brasil, a Educação Ambiental tem servido como um instrumento de pretensa inovação das práticas pedagógicas, contudo, seus resultados ainda são incipientes no tocante à construção de uma educação realmente comprometida com a transformação das relações sociais.

A Educação Ambiental vigente no Brasil se baseia na Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Segundo os

Parâmetros Nacionais Curriculares, o meio ambiente é uma das temáticas que podem ser trabalhadas na escola. No Brasil o tema é tratado como transversal porque a LDB não o trata como assunto obrigatório no Currículo Escolar Nacional, o que pode deixar esse tema à margem e justifica a necessidade da formação continuada dos profissionais que trabalham na escola, sejam professores, pedagogos e assistentes sociais.

A educação ambiental pode ser realizada numa perspectiva crítica que vislumbre uma sociedade justa e igualitária, inclusive na utilização do meio ambiente.

Percebemos que a Educação Ambiental é um campo de antagonismos, disputas e contradições na sociedade atual. Existem algumas vertentes da Educação Ambiental, destacamos a educação ambiental crítica, emancipatória ou transformadora, ecopedagogia, educação no processo de gestão ambiental ou ainda, alfabetização ecológica. (BRASIL, 2004).

A Educação Ambiental revela-se, pois, como “práticas educativas relacionadas à questão ambiental” (BRASIL, 2004, p. 7). A questão ambiental é o cerne da educação ambiental, fazendo valer sua relevância para processos educativos com vistas à compreensão da relação homem e natureza e a intervenção nos conflitos ambientais.

Ao desvelar diferentes vertentes da Educação Ambiental, nos deteremos na Educação Ambiental Crítica, cujo objetivo é “contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico” (Idem, p. 18). Permeando a necessidade de trabalhar indivíduo e sociedade, articulando com a coletividade. A Educação Ambiental Crítica se revela como uma ação educativa com vistas à transformação da realidade que se faz necessária mediante a “grave crise socioambiental” (Idem, p. 25).

O objetivo da Educação Ambiental Crítica é propiciar espaços e ambientes educativos, e serve de estratégia para mobilização educativa para contribuir com a formação da cidadania através de uma perspectiva de transformação da sociedade atual. Portanto, “na educação formal, certamente esse processo educativo não se basta dentro dos muros de uma escola, o que explicita a interface entre esta Educação Ambiental e a Educação Popular” (Idem, p. 32).

Essa tendência da Educação Ambiental possibilita a apreensão da realidade social, ambiental, econômica num viés crítico a partir dos determinantes da sociedade capitalista e possibilitando alternativas para a organização coletiva popular por meio de “correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental” (Layrargues e Lima, 2014, p. 33).

A partir dessa perspectiva é possível traçar um entendimento crítico dos fundamentos da sociabilidade capitalista na relação entre homem e natureza, contextualizando o debate da questão ambiental e seus agravantes na sociedade contemporânea em que a crise estrutural do capital exponencia os limites da sua reprodução de forma agressiva para o meio ambiente e para os seres sociais. Desse modo, segundo Layrargues e Lima (2014, p. 33), é necessário buscar o “enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental”. Nessa direção, é fundamental que a Educação Ambiental Crítica fomente o debate de categorias centrais como “Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social” (Idem, p. 33).

A Educação Ambiental pode ser desenvolvida em diversas áreas, com destaque para as escolas, e por diversos profissionais que podem contribuir para a formação de pessoas com consciência ambiental de forma crítica e transformadora.

Desse modo, a Educação Ambiental exerce um papel pedagógico de expor a importância do convívio com a natureza de forma a preservar essa relação com valores e princípios determinados. Na perspectiva da educação ambiental emancipatória podem ser realizadas ações de “socialização humana e cumprindo uma função ideológica de tensionamento das bases da reprodução da ‘questão ambiental’” (SILVA, 2010, p. 137).

No próximo item, vamos demarcar a potencialidade da contribuição da atuação do Assistente Social na Educação Ambiental por meio de uma perspectiva crítica e transformadora.

## 2.2 A atuação do Serviço Social na Educação Ambiental

Barbosa (2015, p. 12) considera a “inserção histórica do assistente social na educação, que remonta à década de 1930” e situa que essa prática se baseava na dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais e sua inserção na educação escolar e em práticas de educação popular. No Brasil vem sendo desenvolvida uma luta para a inserção legal do/a assistente social na política de educação básica no âmbito dos municípios e estados do país.

Nos últimos anos tem crescido o mercado de trabalho do/a assistente social no campo da Educação, sendo que uma das lutas das entidades organizativas da categoria tem sido a aprovação do Projeto de Lei que prevê a inserção obrigatória dos Assistentes Sociais e dos Psicólogos na escola. Esse projeto está em fase de tramitação no nosso país e em muitos estados já foi incorporado na legislação local.

A educação enquanto política pública demanda o envolvimento de várias profissões e atualmente vem demandando cada vez mais a atuação do/a assistente social no ambiente escolar. Segundo Moreira (2013, p. 157), o profissional de Serviço Social lida com os seguintes temas na educação que são demandas nas escolas.

Temas como baixa frequência e evasão escolar, violência, precarização das condições socioeconômicas e culturais das famílias, entre outros, estão presentes no cotidiano das escolas de forma geral e têm sido alguns dos principais motivos que levam à requisição do assistente social nas instituições de educação básica.

A partir dos princípios éticos, teóricos e formativos do Serviço Social, asseveramos a atuação desse profissional na área da educação podendo ultrapassar demandas conservadoras e meramente assistenciais. Nesse sentido, é possível fazer um trabalho de formação com os estudantes no ambiente escolar a partir de uma perspectiva crítica que venha a contribuir com a formação humana dos estudantes e da comunidade escolar.

Martins (2012) destaca os rebatimentos do contexto contemporâneo na política de educação, modificando prioridades para responder metas dos organismos internacionais e sofrendo consequências das reformas educacionais. A autora ressalta que o Serviço Social tem sido requisitado para atuar na rede municipal de ensino, nos institutos federais de ensino, nas

universidades, na educação profissionalizante. Sobre as requisições para o Serviço Social na educação, é evidenciado que:

As requisições postas para os assistentes sociais nestes espaços sócio-ocupacionais estão relacionadas à garantia de acesso e permanência das classes empobrecidas no circuito da escolarização, principalmente relacionadas às situações referentes às expressões da questão social e àquelas pertinentes as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar e seu entorno (MARTINS, 2012, p. 38-39).

Vemos que o assistente social tem sido inserido em programas de permanência dos estudantes nas escolas e também de Assistência Estudantil com o intuito de desenvolver ações coletivas nas equipes interdisciplinares das instituições escolares para “efetivar a intersectorialidade das políticas sociais, visando a garantir a efetivação da educação para todos e de qualidade” (Idem, p. 45).

Há que se considerar que os/as assistentes sociais desenvolvem atividades consoantes com suas atribuições privativas e competências profissionais regulamentadas em lei. A prática do assistente social não tem o objetivo de substituir ações dos professores, mas se somar à categoria citada para desenvolver atividades conjuntas que estejam no âmbito da sua peculiaridade. Assim, o/a assistente social na educação pode atuar com os membros da comunidade escolar, tendo a possibilidade de “mobilizar um processo reflexivo que envolva a percepção da vida social, de cada indivíduo e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade. Esta atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social” (Idem, p. 46).

Portanto, compreendemos que os/as assistentes sociais podem contribuir com o debate de temas transversais na escola, que foram aprovados pelos Parâmetros nacionais curriculares em 2002, são eles: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Diversidade e Orientação Sexual, Trabalho e Pluralidade Cultural. Desse modo, constatamos que o meio ambiente é um tema transversal que deve ser tratado no ambiente escolar e constitui uma das potencialidades do trabalho da equipe interdisciplinar em que o assistente social também é inserido. Salientamos que os/as assistentes sociais podem contribuir na implementação dos temas transversais na escola envolvendo toda a

comunidade por meio de atividades coletivas, oficinas, reuniões com a equipe e contribuição no planejamento em conjunto com os professores e demais profissionais.

Sobre isso, tanto Martins (2012) como Barbosa (2015) destacam que o assistente social tem realizado um trabalho socioeducativo no ambiente escolar contribuindo para a reflexão de temas com a comunidade escolar.

Martins (2012, p. 46) expõe eixos de atuação do assistente social na escola e assevera a dimensão socioeducativa própria da profissão, que também a utiliza em outras áreas na sua prática, de forma coerente com o projeto ético-político da profissão, assumindo um trabalho socioeducativo com um “caráter emancipatório” e negando um caráter disciplinador e conservador.

O assistente social é um profissional que faz parte da equipe interdisciplinar nas escolas e está inserido no trabalho coletivo para a construção e a efetivação do Projeto Político-Pedagógico (MARTINS, 2012). Dessa maneira, os/as Assistentes Sociais podem contribuir também para o processo de planejamento e na revisão do Projeto Pedagógico da Escola, pois uma de suas atribuições é prestar assessoria na elaboração de planos, programas e projetos sociais, conforme a Lei de Regulamentação da profissão.

É importante ressaltar a necessidade premente da Educação Ambiental nas escolas de modo formalizado no Projeto Pedagógico (PPP) para assegurar sua prerrogativa normativa no ambiente escolar para além dos documentos e legislações que conformam o panorama educacional brasileiro. Entendemos a relevância do tratamento da Educação Ambiental nas escolas de forma transversal, articulando diversas áreas do saber e também os diversos atores da escola, mas, sobretudo, que venham a existir ações sistemáticas e planejadas para atender as demandas do meio ambiente na escola.

Nesse sentido, nossa hipótese é que uma equipe profissional interdisciplinar mais ampla pode contribuir para resolver tal problemática, tendo em vista que a inclusão da temática socioambiental no projeto político pedagógico nas escolas é um grande desafio que ainda encontra dificuldades para ser efetivado. Talvez por necessidade de recursos e de entendimento da rede de professores para essa temática, que deve ser transversal, conforme os Parâmetros Nacionais Curriculares.

A equipe técnica, mais precisamente, com a inserção dos/as Assistentes Sociais na escola, pode formular alternativas estratégicas para inserção da Educação Ambiental na educação formal, a exemplo de oficinas de formação e apresentação de vídeos, criação de cartilhas envolvendo a comunidade escolar, discentes e docentes, mas também as instituições da comunidade numa relação intersetorial com a rede de políticas sociais.

Assim, é fundamental que a Educação Ambiental seja realizada de forma crítica e transformadora no ambiente escolar, desde a sua inserção no PPP como em atividades contínuas e permanentes. Ressaltamos a necessidade de o PPP ser socializado na escola, divulgado para amplo conhecimento e envolvimento dos sujeitos no seu desenvolvimento, proporcionando a participação dos sujeitos sociais presentes.

Silva (2010, p. 148) destaca a inserção dos assistentes sociais na Educação Ambiental, enfatizando que a “profissão vem se inserindo no âmbito da gestão ambiental, com destaque para as atividades de educação ambiental, as quais constituem uma mediação do conjunto das ações neste campo”. Desse modo, essa profissão vem contribuindo com o trabalho educativo de formação de valores e uma cultura ambientalista com vistas à preservação da natureza.

Assim, entendemos que o/a Assistente Social também é um dos profissionais que estão sendo requisitados a tratar das demandas socioambientais num viés transformador e crítico, de acordo com a formação profissional e das exigências do mercado de trabalho. Para Silva (2010, p. 150), a educação ambiental não se restringe a “implementação de ações socioambientais”, mas detém uma perspectiva emancipatória. Destarte, temos na Educação Ambiental um espaço de luta da questão ambiental, sendo que os/as assistentes sociais podem contribuir para uma atuação crítica com o conhecimento do caráter de classe e dos elementos do modo de produção capitalista que promove uma relação de destruição da natureza para extração de riquezas.

Portanto, é necessária uma base teórica que possibilite a apreensão crítica da realidade em que vivemos para identificar os fundamentos da questão ambiental no contexto contemporâneo e para elaborar respostas

mediante a atuação na Educação Ambiental. Dito isso, os assistentes sociais podem contribuir para o debate teórico da questão ambiental, mas também podem contribuir na execução de ações de Educação Ambiental em diversos espaços, entre eles o ambiente escolar.

Essa atuação é permeada por desafios que ultrapassem uma visão mistificada da realidade social com o ranço de relações autoritárias na educação ambiental. O Serviço Social, ao se inserir nessa área, deve se aprimorar para enfrentar os desafios da atuação profissional e subsidiar a elaboração de respostas qualificadas às demandas de trabalho.

Silva (2010, p. 158) cita alguns desafios como “fortalecimento dos sujeitos coletivos, da construção de alianças com os usuários dos serviços e de reforço das lutas sociais”. Diante disso, entendemos que a inserção do Serviço Social na Educação Ambiental impulsiona uma “consciência ambiental e socialmente crítica e de uma cultura política assentada nos princípios da autonomia e da autodeterminação dos sujeitos na busca pela satisfação das necessidades”. A atuação do Assistente Social na Educação Ambiental se inscreve nesse marco de formação de sujeitos que transformem a história para uma relação com a natureza sem apropriação privada, garantindo a ampla participação dos sujeitos.

As áreas de atuação para o Serviço Social na Educação Ambiental são ligadas à gestão e coordenação de projetos e políticas ambientais, assessoria a organizações ambientais, ações pedagógicas e educativas, mobilização de comunidades e trabalhos ligados ao controle social no âmbito de Conselhos de Meio Ambiente, entre outras. Essas áreas também podem ser articuladas no ambiente escolar juntamente à equipe profissional desenvolvendo ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e de atribuições que dão suporte a profissão de Serviço Social. Podemos destacar os seguintes temas que podem ser trabalhos pelo assistente social nas escolas: impactos ambientais; questão ambiental na atualidade e sua relação com a educação ambiental; consciência ambiental e socialmente crítica; processos de preservação e gestão pública dos recursos naturais; controle social, participação e organização política nos órgãos de controle social da política ambiental; participação dos sujeitos políticos afetados

pelos impactos ambientais; desafios da realidade socioambiental nas comunidades e o papel da escola.

A partir das leituras e da pesquisa bibliográfica realizada, constatamos que houve um crescimento no debate sobre a questão ambiental na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro. A partir da análise dos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), demarcando os eventos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016, percebemos o surgimento dessa nova área de trabalho no exercício do Assistente Social, assim como também o desafio de fortalecer a atividade da Educação Ambiental nos campos de atuação.

TABELA 1 - Quantitativo de trabalhos sobre a questão ambiental

ENPESS	QUANTIDADE DE TRABALHOS
2008	16
2010	22
2012	37
2014	33
2016	23
Total	131

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos anais.

A partir da tabela acima, observamos o crescimento de trabalhos publicados nos anais do ENPESS sobre a questão ambiental. Foram identificados 131 trabalhos publicados no período estudado. Destacamos o evento de 2012 com a maior quantidade de trabalhos apresentados nessa área. Percebemos que a área de pesquisa sobre “Questão Ambiental” está consolidada no Serviço Social brasileiro, embora seja recente.

A tabela 2 traz as temáticas trabalhadas nos artigos publicados nos Anais dos encontros.

TABELA 2 - Temas dos trabalhos sobre a questão ambiental

ENPESS	PRINCIPAIS TEMÁTICAS
--------	----------------------

2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação do Serviço Social na Educação Ambiental;</li> <li>- Políticas públicas ambientais no Brasil;</li> <li>- Responsabilidade socioambiental empresarial;</li> <li>- Concepções sobre a questão ambiental;</li> <li>- Problemas socioambientais;</li> <li>- Educação Ambiental;</li> <li>- Particularidades dos impactos ambientais na pesca e nas áreas rurais;</li> <li>- Destruição e devastação do meio ambiente no capitalismo.</li> </ul>
2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação do Serviço Social na questão ambiental;</li> <li>- Questão ambiental e desafios para o Serviço Social;</li> <li>- Interação entre agroecologia e Serviço Social;</li> <li>- Politização da questão ambiental;</li> <li>- Gestão democrática, participação e controle social na área ambiental;</li> <li>- Conselhos de meio ambiente;</li> <li>- Políticas públicas ambientais;</li> <li>- Sustentabilidade e inclusão social;</li> <li>- Impactos ambientais;</li> <li>- A teoria marxista na análise da degradação ambiental;</li> <li>- Desenvolvimento sustentável;</li> <li>- Responsabilidade socioambiental empresarial;</li> <li>- Particularidades dos impactos ambientais nas comunidades (quilombolas, ribeirinhas, amazônicas, assentamentos rurais do MST).</li> </ul>
2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação do Serviço Social na Educação Ambiental e na questão ambiental;</li> <li>- Análise de produção teórica do Serviço Social sobre questão ambiental;</li> <li>- Políticas públicas ambientais;</li> <li>- Concepção de Educação Ambiental;</li> <li>- Questão ambiental;</li> <li>- Programas ambientais;</li> <li>- Sustentabilidade;</li> <li>- Particularidades dos impactos ambientais nas comunidades ribeirinhas;</li> <li>- Reciclagem e lixo;</li> <li>- Desenvolvimento sustentável;</li> <li>- Particularidades dos impactos ambientais nas regiões (Nordeste, Norte).</li> </ul>
2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação do Serviço Social na Educação Ambiental e na questão ambiental;</li> <li>- Meio ambiente como novo espaço ocupacional do Serviço Social;</li> <li>- Formação profissional do Serviço Social e meio ambiente;</li> <li>- Instrumentos do Serviço Social e questão ambiental;</li> <li>- Políticas públicas ambientais;</li> <li>- Gestão ambiental;</li> <li>- Lutas sociais e ambientais na região Norte;</li> <li>- Questão socioambiental e particularidades de comunidades (rompimentos de barragens e ribeirinhos);</li> <li>- Participação social e controle social;</li> <li>- Lutas pela terra e conflitos socioambientais;</li> <li>- Desenvolvimento sustentável;</li> <li>- Transformações socioambientais.</li> </ul>
2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação do Serviço Social na Educação Ambiental e na questão</li> </ul>

	ambiental; - Formação profissional do Serviço Social e meio ambiente; - Participação social e controle social; - Movimentos ambientalistas; - Questão ambiental e conflitos socioambientais; - Responsabilidade socioambiental de empresas; - Questão ambiental; - Crise socioambiental e destruição do meio ambiente; - Particularidades dos impactos ambientais nas comunidades (quilombolas, ribeirinhas, indígenas); - Gênero e meio ambiente
--	--

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos anais dos eventos

Esses temas foram agrupados em categorias a partir da análise dos anais e demonstra a variedade de questões que estão sendo tratadas na produção teórica do Serviço Social com ênfase em questão ambiental. Ressaltamos que tratam de relatos de experiência da profissão nas escolas, na área da Educação Ambiental, dos desafios, das atividades realizadas, dos instrumentos. Contudo, também vão além e enfatizam conflitos socioambientais em comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, de pescadores e indígenas. Encontramos trabalhos em que o Serviço Social analisa a totalidade da questão ambiental, sob a influência da matriz teórico-metodológica do marxismo que possibilita a apreensão do real de forma crítica.

### III CONCLUSÃO

Nossa pesquisa atingiu os objetivos e confirmou a hipótese que o Serviço Social pode contribuir com o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental nas escolas por meio de ações socioeducativas, assim como na gestão e planejamento das atividades do projeto político pedagógico. A partir da pesquisa, asseveramos que o Serviço Social é uma profissão com capacitação para atuar nessa área e se baseia nos princípios ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos.

Concluimos ainda que existem muitos desafios para a sustentabilidade da relação entre homem e natureza mediante tantos problemas ambientais que afetam toda a humanidade, mas trazem efeitos mais severos para aqueles

segmentos mais pobres e vulneráveis. Há muito a ser feito para ultrapassarmos essas limitações. Entendemos que não é apenas mudar posturas individuais, que são fundamentais, bem como ações de Educação Ambiental, mas trata-se da necessidade de políticas públicas que enfrentem os problemas atinentes das mudanças ambientais que se agravam com o crescimento populacional, com o crescimento desordenado das cidades, e também tem efeitos sérios na zona rural. Ressaltamos que a natureza pede socorro nessa relação desigual de interação com o homem e precisamos agir mundialmente lutando contra as intempéries do modo de produção capitalista, extremamente desigual para os humanos e também para o meio ambiente.

A investigação ora apresentada pode contribuir com a categoria dos/as assistentes sociais que trabalham na Educação, e também serve para firmar que esses profissionais têm potencialidades para trabalhar a educação ambiental articulando com as políticas públicas e de acordo com as especificidades da profissão. Os resultados são iniciais e apontam para pesquisas posteriores.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, 2004.

GOMES, L. J. **Educação Ambiental, sujeitos e identidades**. São Cristóvão: [s.n.], 2015. Mimeografado.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

MARTINS, Eliana Bolorino. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político. In:

SILVA, Marcela Mary (Org). **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2012.

MOREIRA, C. F. N. Serviço Social na educação básica: particularidades do trabalho do assistente social no atual cenário carioca. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L.T. **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, A. C. N. **A relação homem/natureza: a destruição da natureza na sociabilidade capitalista**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI. In: ARAÚJO, N.; SANTOS, J. S.; SILVA, M.G. (Org.). **Educação ambiental: o PEAC e o Licenciamento na gestão pública do meio ambiente**. São Cristóvão: UFS, 2013.